

# Plebiscito à la Moreira não soa bem ao Governo

O presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães não concordam com a proposta do governador do Rio, Moreira Franco, de submeter a plebiscito a forma de governo que vai a ser aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, e que vai ser apresentada pelos governadores de São Paulo, Orestes Quércia, e de Santa Catarina, Pedro Ivo, na reunião dos governadores do PMDB, que será realizada na sexta-feira, em Florianópolis. Sarney considera o plebiscito viável, desde que a Constituição como um todo seja a ele submetida. É exatamente o mesmo pensamento de Ulysses.

Qual o tipo de raciocínio de que somente uma parte da Carta deva ser apresentada à população? — Indagou o porta-voz da Presidência, jornalista Antônio Frota Neto, defendendo a posição do presidente Sarney. Ele observou, que se há uma intenção de realmente submeter uma parte da Constituição a plebiscito, então o Governo defende o referendo total.

Nas últimas 48 horas, o presidente Sarney vem mantendo uma negociação muito intensa, para fazer prevalecer o ponto de vista do Governo. Ele tomou café com o senador Virgílio Távora (PDS/CE), e depois recebeu o senador Marco Maciel, presidente do PFL. Ele recebeu também os deputados Egídio Moreira Lima (PMDB/PE) e Expedito Machado (PMDB/CE) — o primeiro defensor do parlamentarismo e o segundo do presidencialismo —, e Priscila Viana (PMDB/BA). Por telefone, ele falou com o senador José Richa, e também gastou boa parte de seu tempo discutindo o assunto com o consultor-geral da República, Saulo Ramos, e o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

O presidente Sarney não vai pedir a alteração do cronograma da Constituinte, apesar de o senador Marco Maciel, em sua reunião da manhã, ter informado que já propôs a prorrogação, para sexta-feira, do prazo de entrega de

emendas. Frota Neto garantiu que o Governo não vai apresentar nenhum substitutivo pronto, porque os ministros estão negociando com as lideranças da Aliança Democrática. Não existe "envolopagem", mas sim orientação política para que os ministros entreguem as sugestões hoje, mas não nenhuma relação.

Sarney quer mostrar para os parlamentares que propostas como a elevação da participação dos Estados e Municípios no bolo tributário são inviáveis. De acordo com Frota Neto, o que vem preocupando o Governo não é a retirada da receita, mas o fato de não serem identificadas as fontes de recursos, já que haverá um crescimento de 110 por cento nas despesas da União. E preciso também distribuir os encargos dos Estados e Municípios.

Frota Neto ressalta que é necessário "equilíbrio na distribuição dos encargos dos três níveis de governos: União, Estados e Municípios". Ele lembrou que o fato é que a capacidade de poupança do Governo é zero, e por isso é preciso negociar. "Como está é inviável para a Federação", concluiu o porta-voz.

## Reunião dos grupos não traz acordo

O primeiro encontro entre representantes dos três grupos — o do Consenso, o dos 32 e o da Esquerda — que procuram elaborar um corpo de emendas em comum para a votação na Comissão de Sistematização, não conseguiu ontem, achar o entendimento para os temas mais polêmicos da Constituição. Dois pontos sequer foram incluídos na pauta: os sistemas eleitoral e de governo. Outros dois chegaram a ser discutidos, mas não houve acordo entre as três correntes: reforma agrária e poder judiciário. Continuum sendo impedimento para as conversas, nestes assuntos, a imissão imediata de posse nas desapropriações com vistas à reforma agrária, a criação ou não do tribunal constitucional e o sistema de governo, sobre o qual há o maior número de propostas discordantes entre os grupos.

O deputado Vivaldo Barbosa, (PDT-RJ), representante dos partidos de esquerda na reunião disse que não acredita em acordo significativo entre as correntes. "Estou pessimista. Há muitas dificuldades". As dificuldades a que o deputado se referia são as que emperram a conversa. No que diz respeito à comunicação, por exemplo, a esquerda propõe que as concessões de emissoras de rádio e TV sejam feitas por indicação do poder executivo, mas submetidas ao Congresso, que por sua vez deve ouvir o Conselho Nacional de Comunicação. O parágrafo quinto do artigo que trata do assunto deve ser simplesmente suprimido — este artigo é o que determina que o cancelamento da concessão antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial. O grupo dos 32 quer manter a comunicação como se encontra no substitutivo de Bernardo Cabral.

Segundo o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), líder do grupo de consenso, ficaram acertadas emendas conjuntas nos temas Saúde, Reforma Urbana, Princípios Gerais da Ordem Econômica, Anistia, Reserva de Mercado, Educação, Sistema Tributário, Sistema Financeiro e Meio Ambiente, sendo que em alguns temas houve modificações em relação ao substitutivo do relator Cabral: Educação, Saúde, Sistema Tributário. O detalhamento das propostas comuns, no entanto, continuava sendo acertado no final da noite.

Na saúde, já é certo que a proposta comum contera a determinação de os Estados e Municípios participarem dos custos do sistema previdenciário e de seguridade social, além de ter sido acertada uma percentagem mínima para a saúde no orçamento total da União destinado à área: 30%. As normas para o salário-família e auxílios maternidade e desemprego ficam para a legislação ordinária. A Educação fica com 18% do orçamento da União e as verbas públicas podem ser destinadas a escolas particulares, desde que tenham caráter confessional. Sobre a Anistia aos militares cassados, ficou decidido que os grupos apresentarão como emenda a proposta do senador José Agripino (PFL-RN), que não prevê a reintegração dos cassados. O papel das Forças Armadas continua sendo objeto de discussões.

## Reunião dos grupos não traz acordo

O primeiro encontro entre representantes dos três grupos — o do Consenso, o dos 32 e o da Esquerda — que procuram elaborar um corpo de emendas em comum para a votação na Comissão de Sistematização, não conseguiu ontem, achar o entendimento para os temas mais polêmicos da Constituição. Dois pontos sequer foram incluídos na pauta: os sistemas eleitoral e de governo. Outros dois chegaram a ser discutidos, mas não houve acordo entre as três correntes: reforma agrária e poder judiciário. Continuum sendo impedimento para as conversas, nestes assuntos, a imissão imediata de posse nas desapropriações com vistas à reforma agrária, a criação ou não do tribunal constitucional e o sistema de governo, sobre o qual há o maior número de propostas discordantes entre os grupos.

O deputado Vivaldo Barbosa, (PDT-RJ), representante dos partidos de esquerda na reunião disse que não acredita em acordo significativo entre as correntes. "Estou pessimista. Há muitas dificuldades". As dificuldades a que o deputado se referia são as que emperram a conversa. No que diz respeito à comunicação, por exemplo, a esquerda propõe que as concessões de emissoras de rádio e TV sejam feitas por indicação do poder executivo, mas submetidas ao Congresso, que por sua vez deve ouvir o Conselho Nacional de Comunicação. O parágrafo quinto do artigo que trata do assunto deve ser simplesmente suprimido — este artigo é o que determina que o cancelamento da concessão antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial. O grupo dos 32 quer manter a comunicação como se encontra no substitutivo de Bernardo Cabral.

Segundo o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), líder do grupo de consenso, ficaram acertadas emendas conjuntas nos temas Saúde, Reforma Urbana, Princípios Gerais da Ordem Econômica, Anistia, Reserva de Mercado, Educação, Sistema Tributário, Sistema Financeiro e Meio Ambiente, sendo que em alguns temas houve modificações em relação ao substitutivo do relator Cabral: Educação, Saúde, Sistema Tributário. O detalhamento das propostas comuns, no entanto, continuava sendo acertado no final da noite.

Na saúde, já é certo que a proposta comum contera a determinação de os Estados e Municípios participarem dos custos do sistema previdenciário e de seguridade social, além de ter sido acertada uma percentagem mínima para a saúde no orçamento total da União destinado à área: 30%. As normas para o salário-família e auxílios maternidade e desemprego ficam para a legislação ordinária. A Educação fica com 18% do orçamento da União e as verbas públicas podem ser destinadas a escolas particulares, desde que tenham caráter confessional. Sobre a Anistia aos militares cassados, ficou decidido que os grupos apresentarão como emenda a proposta do senador José Agripino (PFL-RN), que não prevê a reintegração dos cassados. O papel das Forças Armadas continua sendo objeto de discussões.

# PFL pede prazo para entendimento

O presidente do PFL, senador Marco Maciel, pediu ontem ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, a ampliação do prazo para entrega de emendas ao substitutivo de Constituição do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Acompanhado pelos líderes e pelo secretário-geral do PFL, Marco Maciel observou a necessidade de alargar o prazo para entendimentos políticos para evitar maiores atritos no plenário. O deputado Ulysses Guimarães, decide o assunto hoje quando acaba à meia-noite, o prazo previsto para entrega de emendas.

Se não houver consenso prévio em torno de boa parte dos pontos polêmicos da Constituição, o processo de

discussão e votação em plenário vai ser difícil e demorado, avaliou a cúpula peflista. Os entendimentos políticos, especialmente em torno do sistema de governo, devem ser objetos de emendas para facilitar os trabalhos, entendem. De acordo com Marco Maciel, o presidente Ulysses Guimarães teria concordado que ampliar o prazo agora seria, na verdade, ganhar tempo a longo prazo.

No encontro com Ulysses Guimarães, o PFL preferiu não fixar uma data-limite para a entrega de emendas. "Queremos prazo hábil para as negociações políticas", afirmou Maciel. Mas o líder no Senado, Carlos Chiarelli, informou que o PFL trabalha com a perspectiva de ampliação até o

próximo dia sete ou oito. No dia sete, de acordo com o cronograma inicial, estava prevista a entrega do segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral, com as emendas devidamente apreciadas.

Embora o sistema de governo não tenha sido tema da conversa, de acordo com as lideranças do PFL, o senador Marco Maciel reafirmou, na saída do gabinete da presidência da Câmara, a necessidade de abandonar o caráter emocional e conjuntural que tem marcado a discussão em torno do assunto. "Estamos trabalhando uma Constituição como se fosse lei ordinária para regular o mandato e a forma de governo do presidente Sarney", frisou.

# Termo errado poderia inviabilizar reforma

Um parágrafo de duas linhas do capítulo dos Direitos Individuais do substitutivo do relator Bernardo Cabral pode inviabilizar a reforma agrária na nova Constituição. A descoberta é do deputado Virgildásio de Senna (PMDB/BA), que ontem apresentou emenda para suprimi-lo, afirmando tratar-se de "uma dessas espertezas tolas".

O parágrafo 34 do artigo 6º estabelece que "ao proprietário do imóvel rural é assegurado o direito de obter do Poder Público declaração, renovável periodicamente, de que o bem cumpre função social". Segundo o deputado baiano, a expressão "Poder Público" é vaga e pode remeter a qualquer instância, dando oportunidade a que até um "inspetor de quartelão" suste decisão do Presidente da República decretando desapropriação por interesse social.

**RECORDE**  
A apresentação de emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral surpreendeu até quem espera

va um grande incremento ontem, penúltimo dia do prazo, que se encerra às 24 horas de hoje. Foram entregues à Comissão de Sistematização 1.500 emendas, contra 473 apresentadas na segunda-feira e 253 nos três primeiros dias. Para hoje, estima-se a apresentação de mais de 3 mil emendas pelos constituintes.

Desde o início dos trabalhos da Constituinte, os computadores do Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) registram um total de 47.673 emendas. Destas, 6.360 foram apresentadas aos anteprojatos dos relatores das subcomissões; 7.727, nas Comissões; 7.184, ao substitutivo do relator das Comissões; 4.638, de mérito ao anteprojeto de Constituição; 977, de adequação ao mesmo projeto e 29.787 emendas de plenário ao projeto de Constituição, incluindo as populares.

**HOMENAGENS CONSTITUCIONAIS**  
Duas emendas aditivas

apresentadas ontem pelo senador Chagas Rodrigues (PMDB/PI) visam tão-somente prestar homenagens a "grandes brasileiros" no texto constitucional. No §1º do artigo 28, onde o relator escreveu que Brasília é a Capital Federal, ele quer acrescentar: "Fundada por Juscelino Kubitschek de Oliveira". Além disso, pretende o senador-constituinte utilizar-se do capítulo das disposições transitórias para promover a general-de-exército o general-de-divisão reformado Oscar Passos, ex-deputado federal e senador da República, que foi o primeiro presidente do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Também é curiosa a preocupação do "casal 20" da Constituinte, senador Gerson Camata e deputada Rita Camata, que propõem a substituição da expressão "controle da natalidade" por "planejamento familiar" à redação dada por Bernardo Cabral. Os dois assinam, juntos, 24 emendas no pacote de ontem.

# Emendas femininas não incluem aborto

Independente das contradições partidárias e ideológicas e unidas na luta pela defesa dos interesses da mulher, as 25 deputadas que integram a bancada feminina da Assembleia Nacional Constituinte conseguiram fechar ontem 34 emendas que irão entregar hoje à Secretaria da Constituinte. E, para que não digam que se trata do "Clube da Luzuzinha", as mulheres serão apoiadas, de início, por todos os parlamentares que integram o chamado "grupo dos 100" ou seja, os constituintes da ala progressista do PMDB e dos partidos de esquerda. O aborto não faz parte do conjunto.

Duas das emendas de maior consenso entre as constituintes, são as que garantem a posse da terra, urbana ou rural, à mulher ou homem, independente do seu estado civil. No substitutivo de Bernardo Cabral, a titularidade da terra está prevista para o homem ou sua companheira, deixando de fora a mulher solteira ou até mesmo viúva. Outra emenda considerada como de grande importância pelas mulheres é a que proíbe ações de saúde e educação com fins de controle demográfico e assegura o acesso às informações sobre meios contraceptivos. A do

aborto, que não obteve um consenso entre as constituintes, não foi apresentada, deixando a questão para ser tratada nas emendas populares, que contemplam o assunto.

Sobre a dissolução do casamento, as deputadas optaram pela apresentação de duas emendas: caso uma seja derrubada, centram força na outra. A primeira prevê que o casamento pode ser dissolvido mediante acordo entre as partes, em homologação judicial, e a lei não estabelecerá limites para o número de dissoluções conjugais. Já a segunda opção condiciona a dissolução do casamento a depois de um ano de separação judicial ou dois anos de separação de fato.

A mesma estratégia elas utilizaram para as questões relacionadas aos direitos dos trabalhadores domésticos. Inicialmente, elas vão lutar por assegurar a essa categoria, composta em sua quase totalidade por mulheres, todos os direitos previstos aos demais trabalhadores, com exceção daqueles que caracterizam uma relação de trabalho com empresas, como a participação nos seus lucros. E, somente se não conseguirem apoio suficiente para fazer passar essa emenda é que

elas abririam mão, deixando que esses direitos sejam limitados, porém assegurados em seus limites mínimos.

Ainda no capítulo dos Direitos Sociais, as mulheres querem incluir a questão do reconhecimento do valor econômico do trabalho realizado no lar, garantindo-se o desdobramento da declaração de direito através da atribuição do Estado para criação de equipamentos sociais que apoiem o trabalho da dona-de-casa (restaurantes e lavanderias públicas, por exemplo). E, também, a obrigação de os empregados fornecerem para os seus empregados, independente de sexo, creches e pré-escolas para seus filhos, de zero a seis anos.

Com relação às mães, a luta das mulheres abrange até mesmo as adotas, estendendo a elas, os mesmos direitos que propõe à trabalhadora gestante. Para a mãe presidiária será assegurado o direito à amamentação.

Outra emenda propõe a redução para 12 meses de tempo para o cálculo da aposentadoria, ao invés dos 36 meses propostos no texto atual, e a aposentadoria para o homem aos 30 anos de serviço, e para mulher aos 25 anos.

# Arinos diz que presidencialista usa os militares

"Dizer que os militares não aceitam o regime parlamentar faz parte da campanha dos presidencialistas". A afirmação foi feita ontem pelo senador Afonso Arinos (PMDB-RJ), numa entrevista exclusiva ao CORREIO BRAZILIENSE. Convencido de que o parlamentarismo é a única fórmula de se erradicar os regimes autoritários no Brasil, acrescentou que o próprio presidente José Sarney não irá perder essa oportunidade rara de liderar a transição democrática. Alertou que o noticiário da imprensa é contraditório. "Sarney não tentará impor suas convicções às decisões da Assembleia Nacional Constituinte".

Para fundamentar a sua afirmação de que os militares não são contrários à mudança do sistema de governo, Afonso Arinos revelou que o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, é declaradamente favorável à introdução do regime parlamentar. Lembrou que durante almoço em sua residência, na semana passada, conversou demoradamente com os ministros militares. "Essa conversa dissipou qualquer dúvida que tinha a esse respeito: eles não são contra o parlamentarismo".

A recente pesquisa de opinião pública feita pelo Instituto Gallup, divulgada pelo Palácio do Planalto, dando vitória ao presidencialismo, não abalou o otimismo do senador carioca. Disse que afirmações desse tipo são muito precárias e dependem da classe social em que foi realizada. Para Afonso Arinos, os resultados divulgados pelo Gallup não vão interferir na decisão dos constituintes, ressaltando que o importante é que o parlamentarismo é defendido pelas regiões mais populosas do País.

O senador Arinos refutou também a boataria de que os parlamentaristas conspiram contra o Governo Sarney. "Não existe nada disso. Ao que eu saiba, desde 1889, o regime presiden-

cialista é que se utiliza da prática conspiratória". Acrescentou que se os parlamentaristas estivessem pensando em conspiração não estariam discutindo e debatendo sobre a questão com todos os segmentos da sociedade. Para Afonso Arinos, taxar os parlamentaristas de conspiradores também faz parte da campanha desenvolvida pelos presidencialistas.

Sobre as negociações que o grupo parlamentar vem realizando, numa tentativa de buscar uma posição comum sobre o novo regime de governo, Arinos explicou que, tecnicamente, não é possível se implantar no Brasil um parlamentarismo clássico. Explicou que depois da Segunda Guerra Mundial, os governos parlamentaristas passaram por um processo de adequação de suas realidades. "Na Espanha, temos um parlamentarismo monárquico, na França, um parlamento republicano".

Embora admita que o parlamentarismo no Brasil, caso seja implantado, terá características próprias, Afonso Arinos alertou que os parlamentaristas não tencionam ceder em questões consideradas substanciais. "Caso contrário, o parlamentarismo será descaracterizado". Disse ainda que expressões como "parlamentarismo misto, ou híbrido, têm pouco sentido. "As experiências políticas em outros países demonstraram que o parlamentarismo é um só".

Segundo o senador carioca, com exceção dos Estados Unidos, o presidencialismo impôs o fracasso da democracia em todos os países onde foi implantado. "No caso do Brasil, a experiência presidencialista foi devastadora para as instituições políticas". No caso norte-americano, o presidencialismo só deu certo porque os Estados Unidos sempre tiveram uma Suprema Corte forte e respeitada.



# Arinos diz que militares estão sendo usados. Covas acusa Sarney mas isenta Leônidas

O senador Mário Covas, que considerou normal a recente manifestação do ministro do Exército, Leônidas Pires, condenou ontem o que ele vê como interferência indevida do presidente José Sarney na Assembleia Nacional Constituinte, quando este faz uso dos seus ministros para defender sua posição favorável ao presidencialismo.

A primeira interferência do Presidente da República na Constituinte, Covas a situa naquele pronunciamento em que o presidente José Sarney, mais que defender um ponto de vista, afirmou que o seu mandato é de cinco anos.

Covas, para quem há uma grande influência externa no que diz respeito ao sistema presidencialista de governo, observou que, nos últimos dias, "houve um recrutamento do trabalho em favor do presidencialismo, e isso não é segredo nenhum, o Presidente deixou bem claro a disposição de usar os ministros".

Já a manifestação do ministro Leônidas Pires, foi vista como normal, mas o senador discorda da tese de que maioria parlamentar do Presidente da República deve se projetar na Constituinte. "Aqui não estamos resolvendo os problemas da Presidência, mas os problemas de reorganização nacional", alega.

Entende que, tanto o mi-

nistro Leônidas Pires, quanto o presidente José Sarney, podem se manifestar sobre a Constituinte, mas argumenta que essas manifestações não devem influir no trabalho dos constituintes. "A opinião do Presidente da República não é decisiva para que eu tome minhas decisões. Em alguns assuntos, devo adotar posições diferentes das dele, provavelmente vou tomar, e é um certo, o mandato".

Sobre o sistema de governo, Mário Covas afirma que é parlamentarista, mas faz concessões. Diz que a maioria da Constituinte é favorável ao sistema parlamentar de governo, mas observa que os presidencialistas têm aparência de maioria, ultimamente. "Talvez para marcar posição, devido às últimas declarações do Presidente da República".

Desde a última segunda-feira, ele vem se reunindo com seus vice-líderes para compatibilizar o substitutivo do deputado Bernardo Cabral com o programa do PMDB. Segundo ele, os temas testados na Convenção Nacional do partido foram quase todos absorvidos pelo anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização. Ainda assim, pretende apresentar diversas emendas ao substitutivo. Em relação à Anistia, por exemplo,